



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11957 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**TERRITÓRIO EDUCATIVO E INTERSETORIALIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS QUE SE COMPLEMENTAM**

Dejanira Fontebasso Marquesim - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

**TERRITÓRIO EDUCATIVO E INTERSETORIALIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS QUE SE COMPLEMENTAM**

A constituição Federal de 1988 tornou-se um marco para população brasileira pois no seu artigo 6º descreve os direitos sociais, tais como: “[...]a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. No entanto, o marco legal não é suficiente para a população visto que se faz necessário implementá-lo.

A responsabilidade pela efetivação do direito social na vida do cidadão se dá nas sociedades capitalistas avançadas por meio de regimes de corresponsabilidades entre o Estado, a sociedade e a família. Nas sociedades democráticas, o Estado tem se configurado como um ator prioritário na agenda, formulação, financiamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, atuando por meio dos governos que o assumem temporariamente. Os dados da realidade social brasileira revelam problemas e contradições importantes na redução das desigualdades e na garantia cotidiana dos direitos constitucionais na vida do cidadão.

Esta pesquisa objetivou problematizar qual a importância da escola para a promoção de intervenções intersetoriais no território de vida dos estudantes, ampliando sua percepção de direitos por meio da constituição de um território educativo, de educação integral e integrada e assim apreender a potência desse processo na superação de muitas situações de vulnerabilidades. Pretendeu-se verificar ainda se a constituição de um território educativo associada a estratégia da intersetorialidade qualificou os processos educativos que acontecem nos tempos e espaços de vida, envolvendo atores, instituições e processos oportunizou maior acesso aos direitos sociais, nos termos da Carta Cidadã.

A hipótese central é de que quando as políticas públicas são formuladas tomando como estratégia de ação a intersectorialidade e partindo de lutas enraizadas no território, elas têm mais condições de promover processos e resultados exitosos, além de se engajarem nas pautas dos grupos sociais territorializados demonstrando maior impacto na superação das vulnerabilidades. A escola, nessa dinâmica se coloca como uma instituição essencial e interconectada devido ao seu potencial de capilaridade nos territórios, já que materializa uma política pública universal extensiva a todos. Enquanto tal, pode alçar como um serviço integrador que se expande pelo entorno do bairro e da região e se sincroniza com outras ações, equipamentos, projetos, profissionais, educadores sociais, manifestações políticas culturais, manifestações populares e pode contribuir para o aprimoramento da percepção dos sujeitos com relação aos ativos de oportunidades presentes no território e a garantia de seus direitos fundamentais.

Trata-se de um estudo qualitativo com lócus na Região Noroeste do Município de Campinas/SP no qual a pesquisadora está imersa no campo empírico por ser servidora pública municipal. A opção metodológica de pesquisa contou com procedimentos metodológicos distintos para coleta, tratamento e análise de fontes e dados para compreender as circunstâncias, as experiências, as possibilidades de desenvolvimento de uma Educação Integral no território, operando com o conceito de Território Educativo, geografia das oportunidades e efeito vizinhança. Nesta perspectiva, a opinião dos grupos envolvidos, os seus modos de vida e as relações que estabelecem com as políticas e os direitos visando a melhoria do bem-estar coletivo, são conteúdos importantes da pesquisa. O levantamento documental contou com a análise do registro de várias ações desenvolvidas na história do território e as fontes não documentais se ancorou em registros de atuação profissional da pesquisadora no território, diários de campo, reuniões setoriais e escuta de lideranças comunitárias.

Na organização dos depoimentos optou-se pelo modelo de entrevista semiestruturada individual. Foram selecionados três segmentos de vozes importantes para este estudo: a comunidade, os servidores públicos e formadores. As entrevistas foram transcritas de modo literal, respeitando-se exatamente a fala dos entrevistados, em seguida, o conjunto das quinze transcrições foram transformadas num corpus textual único, monotemático para tratamento dos dados via *software* chamado Iramuteq.

Os resultados parciais demonstram a potencialidade da educação como transformadora da vida dos sujeitos, sendo a escola, um elemento essencial para organizar esse conhecimento desde que se conecte ao território e a história do povo que ali vive. Revela ainda a importância da estratégia da intersectorialidade como decisão de gestão para garantir a visibilidade dos sujeitos, das ações e das instituições que atuam no território concomitantemente, elaborando-se políticas públicas capazes de transformar a realidade a partir dos efeitos conjuntos e conjugados. Contudo, cria-se uma possibilidade efetiva do manejo da escola fomentando o território educativo numa perspectiva cultural emancipatória dos sujeitos, entretanto, é necessário pautar como a Política Pública pode garantir a

permanência e as condições de implementação de ações intersetoriais e projetos contínuos e interconectados na comunidade. Em muitas realidades é que mesmo com uma estrutura de oportunidades relativamente positiva as populações continuam, muitas vezes, reproduzindo intergeracionalmente o mesmo padrão de vulnerabilidade e pobreza.

Katzman (1999) explica que ao analisarmos as desigualdades sociais faz-se necessário não só examinar os atributos básicos disponíveis a cada família, é preciso ir além, é necessário analisar as estruturas de oportunidades associadas a capacidade das famílias para gerar e mobilizar ativos para tirar proveito dessas oportunidades e compreender como essas oportunidades são viáveis no território considerando a sua história e suas relações. As relações que se constituem no território geram o chamado efeito vizinhança, pois as interações que se estabelecem entre as pessoas, os grupos e os serviços no espaço são potentes para a formação do capital social, de processos identitários e assim dilatam as possibilidades do grupo de transformar as oportunidades em capital social variados.

Existe uma potência na escola que pode ser acionada para atuar na formação da comunidade auxiliando na articulação desta com a circulação das informações, organização e formação para participação social que gradativamente melhora a percepção dos sujeitos sobre seus direitos sociais e as suas oportunidades visando a transformação do território e a ampliação da cidadania.

Contudo, há um problema a ser apontado, a estratégia da intersetorialidade e a abertura das comunidades para o território ainda está muito ligada ao protagonismo de alguns sujeitos que ocupam lugares importantes nos diferentes serviços públicos criando vínculos dependentes de ações e esforços individuais. Esta dinâmica personalizada muitas vezes fica invisibilizada nos planejamentos centrais e na formulação das políticas públicas. Para que a intersetorialidade se efetive é necessário que seja incorporada como um modelo de gestão adotado pelo poder público com reflexos nas políticas públicas e na atuação dos servidores públicos de vários serviços e na efetivação dos direitos.

Palavras Chaves: Território Educativo, Política Pública, Intersetorialidade, Escola, cidadania.

#### Referências:

FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues. **CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**. 2015. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19198/1/2015\\_SuellenWallaceRodriguesFernandes.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19198/1/2015_SuellenWallaceRodriguesFernandes.pdf)> Acesso em: 27 fev. 2020.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, v. 2001, n. 22, p. 102-110, jan. 2001. Disponível em: [http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia\\_politicas\\_servicos\\_publicos.pdf](http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf) Acesso em: 29 jul. 2020.

KAZTMAN, Ruben. **Activos y estructuras de oportunidades**: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en uruguay. Montevideo: Nu. Cepal. Oficina de Montevideo/ Pnud, 1999. Disponível em : [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28651/LCmvdR180\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28651/LCmvdR180_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 maio 2020.